

São Tomé e Príncipe: um Presidente, um Governo e uma maioria

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O candidato apoiado pela Acção Democrática Independente (ADI) foi eleito Presidente da República de São Tomé e Príncipe. Evaristo Carvalho obteve 50,1% dos votos, contra os 24,8% de Manuel Pinto da Costa, o actual Presidente da República que concorria a um segundo mandato, e os 24,1% de Maria das Neves, a candidata apoiada pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), entre outros.¹

Na prática, o grande derrotado destas eleições presidenciais foi, indiscutivelmente, Manuel Pinto da Costa e Patrice Trovoada, por intermédio de Evaristo Carvalho, o grande vencedor.

Tal como desejava, a ADI tem, pela primeira vez na história de São Tomé e Príncipe, um Presidente, um Governo e uma maioria. O objectivo, aliás, era um segredo público: Patrice Trovoada queria evitar a instabilidade que ocorrera no ciclo político entre 2010 e 2012.

Em Agosto de 2010, Patrice Trovoada vencera as eleições

legislativas, mas sem maioria absoluta.² A sua fragilidade política era evidente. Consciente disso e por consequência da acrescida importância das eleições presidenciais de 2011, a ADI escolheu Evaristo Carvalho para concorrer contra Manuel Pinto da Costa. A aposta em Evaristo Carvalho viria a revelar-se um fracasso, cujo preço foi a eleição de Manuel Pinto da Costa, à segunda volta, em Agosto de 2011.³ A partir desse momento, o destino de Patrice Trovoada estava escrito nas estrelas. Sem maioria absoluta e com um Presidente da República hostil à ADI, a instabilidade política era inevitável.⁴ Na prática, tudo se resumia a uma questão de tempo e de oportunidade. Em Novembro de 2012, a maioria parlamentar derrubou Patrice Trovoada, abrindo a porta a um novo Governo. Por indicação do MLSTP-PSD, Gabriel Costa seria o primeiro-ministro

1 “Presidente de São Tomé falha segundo mandato. Evaristo Carvalho eleito à primeira volta” (*Lusa via Rádio Renascença*, 18 de Julho de 2016). Os resultados carecem ainda de validação final pela Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

2 André Ferreira, “ADI vence eleições legislativas em São Tomé” (*RFI*, 2 de Agosto de 2010).

3 A título de curiosidade, ainda que as circunstâncias fossem diferentes, refira-se que também Maria das Neves foi candidata à Presidência da República em 2011. Ver João Ricardo Mendes, “São Tomé and Príncipe: follow up of the first round of the Presidential elections” (*IPRIS Viewpoints*, No. 64, Julho de 2011); e, João Ricardo Mendes, “São Tomé and Príncipe: the final decision of the presidential elections” (*IPRIS Viewpoints*, No. 70, Agosto de 2011).

de São Tomé e Príncipe até ao final da legislatura.⁵

O processo conturbado que levou ao afastamento de Patrice Trovoada lançaria as sementes para o seu regresso noutras circunstâncias. De certo modo, há derrotas políticas que são a antecâmara necessária de futuras vitórias. Ao contrário do que sucedera em 2010, a ADI alcançaria a maioria absoluta nas eleições legislativas de Outubro de 2014.⁶ Patrice Trovoada regressava, deste modo, pela porta grande ao Parlamento.

Naturalmente, com maioria absoluta, a Presidência da República perdia peso político e espaço de manobra na relação com o primeiro-ministro. Em todo o caso, num sistema semi-presidencial, um Presidente hostil pode sempre constituir um problema. A ADI levou, por isso, estas eleições presidenciais muito a sério, tendo dramatizado ao máximo a sua mensagem. Numa entrevista recente, Evaristo Carvalho foi muito claro: “o Governo está nas mãos [da] ADI e com um Presidente também d[a] ADI, a maioria pensa, como eu também penso, que as coisas correrão da melhor forma possível. Haverá melhor entendimento, maior coesão do Estado”.⁷

Na prática, entre 2014 e 2016, fechou-se um ciclo eleitoral. A partir de agora, a ADI tem pleno controlo político e, salvo um golpe de Estado que não se antecipa, Patrice Trovoada tem condições de estabilidade muito raras no contexto político e partidário de São Tomé e Príncipe.

A ADI tem, nos próximos dois anos, condições únicas para promover o bem-estar e a prosperidade dos cidadãos são-tomenses. Com um Presidente, um Governo e uma maioria, os são-tomenses concederam um cheque em branco à ADI que, a seu tempo, veremos se Patrice Trovoada dele conseguiu tirar proveito em nome do bem comum.



Uma nota, à margem, para não deixar passar em claro que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não enviou, pela primeira vez desde que existe, uma missão de observadores às eleições legislativas em São Tomé e Príncipe. No meio de tantos elogios, por vezes em causa própria, não deixa de ser curioso que tal aconteça precisamente na altura em que a CPLP celebra os seus 20 anos de existência.

4 Ver Paulo Gorjão: [1] “Eleições são a única saída para a crise na Guiné-Bissau, diz analista” (*IPRIS Comentário*, No. 44, 21 de Abril de 2016); [2] “Guiné-Bissau: o impasse continua” (*IPRIS Comentário*, No. 53, 12 de Maio de 2016); e, [3] “Receio que a situação possa piorar na Guiné-Bissau”, diz analista” (*IPRIS Comentário*, No. 54, 13 de Maio de 2016).

5 Além do MLSTP-PSD, Gabriel Costa contaria com o apoio das restantes forças políticas com assento parlamentar: o Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal (MDFM-PL).

6 João Manuel Rocha, “Partido de Patrice Trovoada com maioria absoluta nas legislativas de São Tomé e Príncipe” (*Público*, 13 de Outubro de 2014).

7 “Presidente de São Tomé falha segundo mandato. Evaristo Carvalho eleito à primeira volta” (*Lusa via Rádio Renascença*, 18 de Julho de 2016).